

PROCESSO DE RE-ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA AÇÃO DEMOCRÁTICA E COLETIVA

PROCESS OF RE-ELABORATION PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT: A DEMOCRATIC AND COLLECTIVE ACTION

Daniel Rodrigues Uchoa¹

Augusta Isabel Junqueira Fagundes²

¹Graduado em Licenciatura Plena em Geografia - Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

²Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais e Mestre em Educação.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da E.E. Maria Rosa Nunes, no município de Januária, Estado de Minas Gerais. Ele evidencia os princípios norteadores que influenciaram a reelaboração do PPP, a luz da legislação específica resultante da implementação de um Projeto de Intervenção realizado na escola com o fim de analisar a relação escola e comunidade. Sua realização deu-se através de um estudo de caso e, também, de uma revisão bibliográfica, tendo por embasamento teórico as obras de: Gadotti e Romão (2001), Veiga e Resende (1998), Spósito (2000), Vasconcellos (1995), Gil (1999), Azevedo (2010) entre outros autores. Também foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: observação do cotidiano escolar, a aplicação de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, para os pais, alunos e servidores da escola. Através da integração entre comunidade e escola, a identidade da escola foi construída a partir de um trabalho crítico - reflexivo de todos os envolvidos no processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Projeto de Intervenção; Reelaboração do Projeto Político Pedagógico; Escola e Comunidade; Reflexão crítica.

ABSTRACT

The present article aims to present a critical reflection on the process of reworking the Political Educational Project (PPP) of E.E. Maria Rosa Nunes, in the municipality of Januária, State of Minas Gerais. It highlights the guiding principles that influence a reworking of the PPP, a light of the specific strategy of implementing the implementation of an Intervention Project carried out in the school in order to analyze a relationship between school and community. (2001), Veiga and Resende (1998), Spósito (2000), Vasconcellos (1995), and then the results of a case study and a literature review.), Gil (1999), Azevedo (2010) among other authors. The following methodological procedures were also used: the observation of daily school life, the application of quantitative and qualitative research to the countries, students and school employees. Through the integration between the community and the school, a school identity was constructed from a critical - reflective work of all those involved in the process of reworking the Political Pedagogical Project.

Keywords: Intervention Project; Re-elaboration of the Pedagogical Political Project; School and Community; Critical reflection.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado da implementação de uma Proposta de Intervenção Pedagógica, que partiu da observação, e da reelaboração do Projeto Político Pedagógico da E.E. Maria Rosa Nunes, como instrumento de avaliação da disciplina, Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, da Universidade Federal de Ouro Preto.

A pesquisa foi feita a partir da observação dos problemas enfrentados no processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), da E.E. Maria Rosa Nunes. Seu propósito foi debater e apontar caminhos, que visam orientar a reelaboração do PPP, para que a escola obtenha uma identidade própria.

A sua justificativa envolve aspectos pessoais e profissionais. As informações obtidas para subsidiar este artigo foram consideradas essenciais no âmbito profissional para o esclarecimento de dúvidas sobre a importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de organização escolar e de transformação

social, uma vez que sendo educador, é imprescindível obter um conhecimento mais preciso sobre tal documento, sendo este o direcionador pedagógico dos caminhos a trilhar. Do ponto de vista pessoal, torna-se também necessário conhecê-lo, como instrumento de cidadania e de participação democrática que é. Afinal o PPP representa uma tomada de consciência sobre os nossos direitos e deveres.

O objetivo deste trabalho, portanto, é apontar pontos imprescindíveis para a reelaboração do PPP da E.E. Maria Rosa Nunes, mostrando sua importância no ambiente escolar. Afinal o PPP deve ser um projeto de ação coletiva, mobilizadora de toda a comunidade escolar, com o fim de direcionar os trabalhos da escola e os caminhos por ela a seguir.

A reelaboração do PPP deverá, também, propiciar um processo de decisões democráticas, promovendo uma forma de realização do trabalho em conjunto, superando as decisões autoritárias e rompendo assim com os efeitos da hierarquização na gestão educacional.

Atualmente, discute-se muito no ambiente escolar sobre gestão democrática e Projeto Político Pedagógico, enfatizando a importância dos mesmos para o bom desenvolvimento da escola. Apesar desses, serem temas emergentes da nossa sociedade contemporânea, porém na prática, ainda são pouco conhecidos na sua totalidade, uma vez que as nossas escolas e seus

gestores juntamente com sua equipe pedagógica têm grandes dificuldades em construir e programar o Projeto Político Pedagógico faltando, pois, discussões sobre estas temáticas dentro das escolas.

Para se chegar a este artigo, foi feita uma revisão teórica, tendo como embasamento bibliográfico as obras de: Gadotti e Romão (2001), Veiga e Resende (1998), Spósito (2000), Vasconcellos (1995), Gil (1999), Azevedo (2010) entre outros. Também foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: observação do cotidiano escolar, a aplicação de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, para os pais, alunos e servidores da escola.

Neste sentido, esta pesquisa nasceu da necessidade de se conhecer o conceito, a importância e as contribuições do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar. A Proposta de intervenção mostrou alternativas para a construção de um Projeto Político Pedagógico, que se desenvolve num processo teórico e prático, contínuo e permanente, possibilitando encontrar respostas para os problemas atuais que surgem no ambiente escolar, tendo como princípio a participação efetiva da comunidade nas decisões. Afinal, o PPP traduz à filosofia da escola, sua identidade, a forma de pensar e agir de uma comunidade, fazendo-se fundamental para o exercício da cidadania de todos os seus membros.

No desenvolvimento da pesquisa, foram abordados subtemas relevantes e embasamentos legais que visaram auxiliar na compreensão e no conhecimento do PPP, seu conceito e princípios, voltados para a sua construção coletiva e democrática.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento de suma importância dentro do ambiente escolar, pois propicia a organização e a participação de todos os membros da instituição educacional na formulação e decisões sobre o desenvolvimento e qualidade da nossa educação.

Através de uma abordagem dialética a Proposta de Intervenção mostrou-se, dentro de uma dimensão crítico-reflexivo, um instrumento de verificação dos problemas a serem enfrentados e trabalhados na escola, com o propósito de fazer com que as pessoas debatam, denunciem e busquem soluções para os problemas locais, desenvolvendo a construção de pensamentos críticos e criteriosos a respeito das políticas públicas de educação.

REVISÃO DE LITERATURA

Conceituando o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP), de uma escola é um documento que contém os objetivos que a instituição pretende alcançar, a clientela a ser atendida e, principalmente, a identidade própria da escola. Por isso é fundamental refletir sobre esse conceito, para que esse processo se articule nas ações cotidianas, e dentro da realidade local, sem a interferência da Secretaria de Educação estadual.

O documento Projeto Político Pedagógico (PPP) é muito mais do que uma exigência legal. Ele assume um importantíssimo papel no ambiente escolar,

representando, também, um desafio a ser superado pela escola que busca efetivamente de uma educação de qualidade.

A Proposta de Intervenção realizada, transformou a escola em um espaço promovedor de diálogos, discussão, questionamentos e compartilhamento de saberes. Nesse sentido, a comunidade percebeu que o Projeto Político Pedagógico é antes mesmo de ser um documento, uma ação coletiva. Refere-se, principalmente a ideia de executar ou realizar algo no futuro, que pode estar articulado na forma de um plano ou de um texto. São normas, princípios e planejamentos que se faz para o futuro próximo.

O Projeto Político Pedagógico, é o resultado da reflexão dos membros da instituição educacional (servidores, alunos e comunidade), no momento em que dá oportunidade a todos de opinar, comunicando suas pretensões para a unidade de ensino frente as demandas da sociedade em geral.

A implementação do projeto político pedagógico, é essencial para mostrar a todos a real identidade da escola, como espaço pedagógico necessário a construção do conhecimento e da cidadania. Dessa forma, torna-se fundamental que todos os envolvidos compreendam “para que”, “para quem” e “porque” é importante a implementação do PPP na escola.

Para Gadotti e Romão (2001, p. 40), “Todos não terão acesso à educação enquanto todos - trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil - não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação”.

Portanto, o processo de construção da identidade da instituição educacional não deve

ser formulado, baseando em receitas, nem mesmo em conceitos de autores que desconhecem os desafios que as escolas enfrentam. Na realidade, é necessário o envolvimento de todos para solucionar os problemas que surgem a cada momento no ambiente educacional e que refletem diretamente na comunidade.

O PPP é desenvolvido, também, para determinar qual é a missão da escola, os objetivos a serem alcançados e as funções a serem realizadas na comunidade escolar, visando sempre à qualidade do ensino e o aprendizado dos alunos. É um caminho traçado coletivamente por todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar (pais, alunos, servidores), para alcançar um determinado objetivo. Deste modo, o Projeto Político Pedagógico é uma ação anteriormente pensada e idealizada.

Construindo o Projeto Político Pedagógico

A reelaboração do Projeto Político Pedagógico da E.E. Maria Rosa Nunes, surgiu a partir da necessidade de organizar e planejar ações de integração da escola e comunidade escolar visando planejar situações em que os alunos possam dialogar, ouvir o outro, despertar o senso crítico, a criatividade e compreender a importância de suas sugestões e decisões junto à sociedade na qual estão inseridos, ampliando assim seu universo de conhecimentos para que sejam capazes de viver e entender as grandes diferenças culturais, éticas, econômicas da sociedade em que vivem.

O Projeto Político Pedagógico:

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Para isso é necessário que ocorra a transformação da escola em um espaço de interação, gestão democrática e de produção de conhecimento. É preciso que se rompa com as estruturas e procedimentos que tendem a fragmentar esse processo de tomada de decisão coletiva.

A escola não deve reelaborar o PPP apenas em razão de sua exigência legal, mas sim, a partir da necessidade de inovar as ações desenvolvidas no seu cotidiano, fazendo uma análise do que foi feito e o que pode vir a fa-

zer, a partir da interação de toda comunidade escolar, objetivando buscar sempre a melhoria da qualidade do ensino e da criação de um ambiente propício a formação dos cidadãos críticos e participativos.

O PPP, portanto, deve ser um documento que explica a intencionalidade da escola como instituição, indicando a direção que se deseja tomar. Ao ser reelaborado, permite que os vários atores envolvidos (comunidade escolar), expressem suas concepções e seus pontos de vista à cerca do seu cotidiano, tendo como base a definição dos objetivos comuns das ações parilhadas por seus atores.

Os desafios profissionais presentes no cotidiano das escolas necessitam ser pensados e equacionados de maneira uniforme, levando em conta o caráter heterogêneo do coletivo escolar, composto de pais, alunos, professores, corpo

técnico administrativo, pessoal de apoio, segmentos organizados da sociedade civil e gestores. Nesse sentido, o PPP estará auxiliando a escola, a trabalhar com esses desafios de modo mais sistemático e democrático.

Planejamento e construção histórica do Projeto Político Pedagógico

A escola necessita estar atenta a identificação, elaboração e a execução conjunta do Projeto Político Pedagógico como um dos mecanismos democráticos na gestão escolar e como alternativa de defesa dos interesses de seus usuários, como direito inalienável e exercício concreto da vida democrática para a cidadania.

Para Veiga e Resende (1998, p. 8):

Apesar de tais constatações, é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática.

É oportuno destacar que os primeiros referenciais acerca da gestão democrática da escola no Brasil e a mobilização pelas tomadas de decisão ocorreram nos estados de Minas Gerais e Paraná, pela proposição de uma gestão colegiada com abertura para eleição de diretores e melhoria no clima organizacional da escola.

O tempo histórico do processo de mobiliza-

ção por uma gestão escolar colegiada e eleição de diretores no estado de Minas Gerais, bem como respectiva busca pela construção e efetivação de canais legítimos de participação, se deu a partir do ano de 1983, durante o primeiro Congresso Mineiro de Educação realizado no Estado do Rio de Janeiro.

A partir desse momento, as discussões sobre o contexto de participação popular nas decisões sociais começaram a tomar corpo em maior ou menor medida, a serem contempladas nos documentos oficiais do Brasil, no que se refere ao campo educacional.

Spósito (2000) enfatiza que a gestão democrática poderá ser um caminho para a melhoria da qualidade do ensino se for compreendida como uma alternativa de mudar as práticas escolares. Ela alerta que:

Não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforma a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta (SPÓSITO, 2000, p. 54).

Nesse sentido, foi muito importante a abertura democrática da década de 1980 refletida na Constituição Federal e reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que pregavam o exercício da gestão democrática como um instrumento que deveria ser consolidado por meio de canais legítimos de participação, dentre eles a construção do Projeto Pedagógico ou Proposta Pedagógica da escola.

Frente ao processo de exclusão de participação histórica dos cidadãos brasileiros nas tomadas de decisão, o posicionamento assumido antes da Constituição Cidadã era de que omitir a palavra “Projeto Político Pedagógico” seria um ato de não evocar a memória aquele processo, porque a cidadania presume participação política, elemento imprescindível ao exercício da gestão democrática.

Apesar de tais constatações, é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática (AZEVEDO, 2010, p. 2).

Para que o Projeto Político Pedagógico seja um canal legítimo da gestão democrática da escola, deverá levar em conta, na sua construção

ou reelaboração, a trajetória da sua comunidade escolar, a sua realidade, história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e estudantes, como, também, para cumprir o seu compromisso com a sociedade na qual a escola esteja inserida. Para isso, deverá observar alguns princípios norteadores.

Princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico

Existem princípios que podem direcionar a construção ou reelaboração do PPP de uma escola, dentro de uma perspectiva real, através do qual a instituição educacional busque construir uma identidade própria. Esses princípios têm a finalidade de ampliar a relação entre a comunidade escolar e a local, sem perder de vista o sistema social. São eles: a autonomia; a interação escola/comunidade; a gestão democrática e a democratização do acesso e da permanência com sucesso dos alunos na escola. Dentre esses princípios podemos destacar:

a) Relação escola-comunidade

Na construção/reelaboração do PPP, é possível observar que há diferenças na qualidade do trabalho de escolas que contam com a participação da comunidade e de outras que planejam, executam e avaliam suas ações sem levar em consideração essa participação. À medida que a relação escola-comunidade fica mais aberta, aumenta a participação de todos os segmentos nas decisões da escola e a gestão torna-se mais democrática, no processo de reelaboração do PPP.

b) Gestão Democrática

Na gestão democrática, os servidores envolvidos no trabalho escolar não devem apenas saber como a escola funciona, mas também participar da definição dos objetivos a serem alcançados, abrindo uma discussão com a participação de todos (alunos, professores, comunidade etc.) nas decisões que visam à definição e o alcance do PPP.

c) Democratização do acesso e permanência com sucesso, do aluno na escola.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o objetivo maior do PPP é definir em sua proposta de

trabalho, as práticas pedagógicas, os projetos educativos, como também sua função social, sempre dando ênfase ao aprendizado do aluno. Portanto, podemos afirmar que a participação da comunidade escolar no processo de reelaboração do PPP é fundamental, uma vez que teremos um documento coletivo para orientar os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito escolar.

Projeto Político Pedagógico: projeto de coletividade

Para a construção de um PPP de qualidade, necessita-se superar muitos fatores a fim de que possa cumprir as exigências legais e as determinações das secretarias municipal e estadual. Todavia, para ser bem elaborado, o Projeto Político Pedagógico precisa ser construído/reelaborado baseando-se na realidade vivenciada pelos os professores, equipe técnico-pedagógico-administrativa, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade. É, portanto, fruto de muita reflexão e investigação coletiva.

Ele deve traduzir todas as aspirações da comunidade escolar em forma de um documento claro e preciso. Um dos objetivos primordiais é transformar, dentro do possível, a realidade cotidiana para melhor. Para a escola reelaborar seu Projeto Político Pedagógico, tornam-se necessárias mudanças em sua concepção teórica implicando uma mudança substancial na sua prática. O que pressupõe inovação.

O processo de inovação exige intencionalidade, conhecimento da situação, dos recursos disponíveis, dificuldades e limitações e, principalmente, de tempo. Para Gadotti e Romão (2001, p. 31), o tempo de inovação requer “tempo político (momento oportuno); tempo institucional (questão escolar); tempo escolar (calendário - não adianta inovar no final da gestão) e existe um tempo para amadurecer as ideias”. Logo é fundamental que as pessoas envolvidas compreendam que ele - PPP - é uma importante ferramenta na busca de um avanço significativo na qualidade do ensino, uma vez que o seu processo de construção e execução visa a planejar a ação presente com vistas à transformação e a melhorar a realidade.

METODOLOGIA

Para se chegar ao presente artigo, foi utilizado um levantamento de dados teóricos a par-

tir de uma revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Gadotti e Romão (2001), Veiga e Resende (1998), Spósito (2000), Vasconcelos (1995), Azevedo (2010), Gil (1999), referente ao processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, disponíveis na plataforma virtual do curso de Especialização em Gestão Escolar.

Destacando a importância da pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002, p. 32) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

Afim, de analisar a realidade da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, verificando a percepção de sua comunidade, suas ideias e anseios, fez-se uma pesquisa de campo sobre o tema proposto.

Como instrumento de pesquisa de campo aplicou-se um questionário para 92 pessoas sendo 18 profissionais da educação, 26 pais e 48 alunos do Ensino Fundamental e médio, visando coletar dados sobre a percepção deles quanto a necessidade de reelaborar o PPP

Devido à localização da escola (área rural) e a falta de transporte escolar, os questionários ficaram disponíveis durante 05 dias a disposição dos entrevistados. Após o que os dados foram tabulados para posterior análise. Afinal,

O direcionamento da pesquisa será determinado mais pelas circunstâncias das organizações do que por seu interesse científico. Isto não impede, porém, que pesquisas importantes possam ser desenvolvidas com estes condicionantes. O que se torna necessário é a suficiente habilidade do pesquisador no sentido de adequar as oportunidades oferecidas a objetivos adequados (Gil, 1999, p. 55)

DESENVOLVIMENTO

Análise da proposta de intervenção

O Projeto de Intervenção realizado na Escola Estadual Maria Rosa Nunes teve como base, estimular e analisar a ação do corpo docente e discente no processo de reelaboração do PPP, no âmbito escolar. Ao elaborar o estudo de caso sobre a Escola constatou-se que a mesma possuía o Projeto Político Pedagógico, porém o

mesmo não representava o ideal coletivo. Razão de se elaborar uma proposta de estudo e reflexão entre seus membros e a coletividade visando transformá-lo num instrumento de ação reflexiva e coletiva.

Durante a reelaboração do Projeto Político Pedagógico, foi compartilhado com os educadores as dificuldades, anseios, metas e objetivos comuns, vislumbrando caminhos para melhorar a atuação da escola. A participação ativa de todos foi fundamental para se reelaborar o PPP criando uma identidade própria para a escola, ao mesmo tempo que refletiu uma construção coletiva, que apontou as potencialidades e dificuldades que a escola enfrentava e enfrenta.

Dentro da análise dos princípios norteadores do PPP, o grupo, após o detalhamento da Proposta de Intervenção, constatou que todos estavam interligados. Ou seja, através de uma gestão participativa e democrática todos podem opinar e participar das decisões. Por outro lado, os pais ao participarem começaram a se interessar pelo rendimento de seus filhos o que diminuiu a taxa de evasão. Portanto, as escolas que integram a comunidade escolar em ações coletivas, tendem a melhorar o processo de ensino aprendizagem. A integração escola/comunidade, por sua vez, articulada pela gestão escolar, com incentivos propostos pelos docentes, ampliam a profissionalização dos mesmos que se tornam mais estimulados a abertos a uma nova educação.

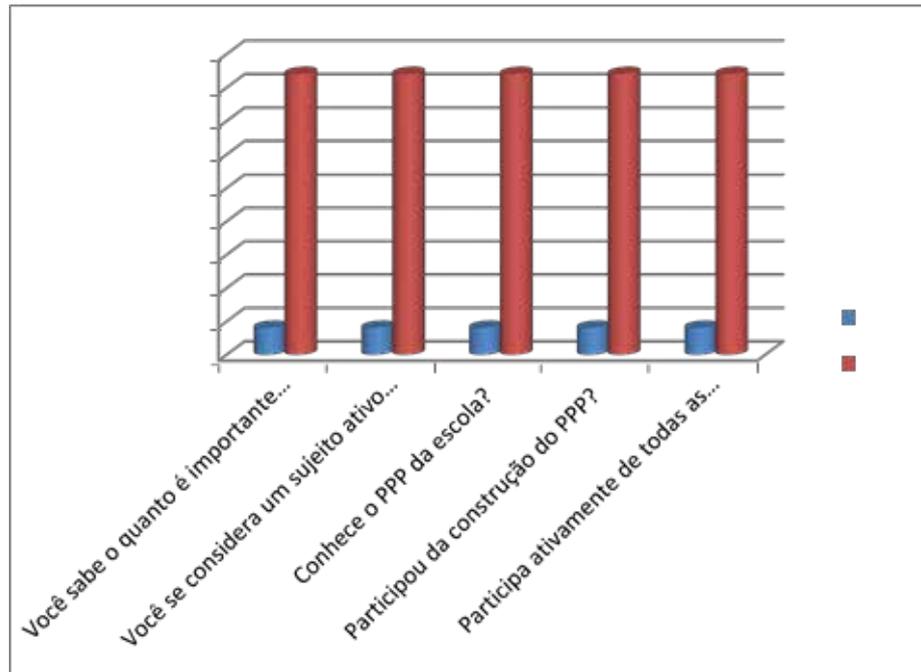
Na medida em que a escola se democratiza, discute-se o que está sendo realizado. Disso resulta uma certa autonomia, principalmente para as escolas, uma vez que a unidade escolar pertence, e se vincula, a um determinado sistema público (municipal ou estadual).

Para que a Proposta de Intervenção fosse bem aceita, foram necessárias três fases bem definidas visando a reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Maria Rosa Nunes. Vejamos:

1ª Fase - Diagnóstico:

Nessa fase, levantou as informações sobre o trabalho que a escola realizou para chegar ao PPP, com identidade própria. A comunidade escolar analisou e debateu os dados coletados nas reuniões, questionários e entrevistas, sugerindo medidas que seriam utilizadas posteriormente. Analisou-se, então, os fatos, relativos sobre a realidade da escola (Gráfico 01).

Figura 1 - Nível de conhecimento da comunidade escolar sobre o PPP



De forma resumida e tendo em vista o nível de dificuldade de acesso aos pais e alunos, aplicou-se um questionário com 5 questões objetivas que tiveram por fim verificar o conhecimento dos diferentes segmentos sobre o PPP.

No total, 92 (Noventa e duas) pessoas responderam. Dessas apenas 5 tinham algum conhecimento sobre o PPP. As demais, 84 (oitenta e quatro) desconheciam o que era o Projeto Político Pedagógico, sua importância e a necessidade de sua participação. Destaca-se, todavia, que as 08 (oito) pessoas que conheciam o Projeto Político Pedagógico, estão diretamente ligadas, com função de representantes de segmentos no colegiado escolar. Entre eles estão: representantes de pais, alunos demais servidores e professores, sendo 02 para cada segmento.

O que mostrou o grau de desconhecimento de todos aqueles que fazem parte do processo educacional da importância do Projeto Político Pedagógico para a comunidade escolar.

Esse desconhecimento, de acordo com a pesquisa realizada resulta de alguns fatores que precisam ser bem avaliados pela gestão escolar para que possam ser minimizados permitindo assim o acesso integral dos interessados na construção ou reelaboração do PPP.

Como exemplos, podemos citar:

a) Localização da escola:

Como a E.E. Maria Rosa Nunes está loca-

lizada na zona rural do Município de Januária -MG, ela se torna um obstáculo para pais, alunos e demais servidores quando da realização das reuniões para discutir sobre o processo de reelaboração do PPP e até mesmo acompanhar de perto a sua utilização no cotidiano escolar. A grande maioria dos professores moram na zona urbana, pais que trabalham em lavoura e alunos que chegam a morar numa distância de 15 Km da escola;

b) Ignorância dos pais no acompanhamento da vida escolar de seus filhos

Pela própria ignorância de alguns pais, não há interesse em se manter informado sobre ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar com o intuito de melhorar a escola de seus filhos e por consequência o seu nível de aprendizagem;

c) Desconhecimento dos pais de que podem intervir nas decisões da escola

Por desconhecerem o PPP, muitos pais não sabem que podem deliberar, dar opiniões e sugerir mudanças na escola;

d) Falta de uma gestão participativa e de valorização do coletivo

A falta de ações democráticas advindas da

gestão escolar no intuito de manter bem informado a comunidade escolar sobre as reuniões, resultados obtidos a partir de discussões de temas relativo a parte pedagógica, administrativa e financeira, faz com que os diferentes segmentos não tenham autonomia para participarem das decisões envolvendo o Projeto Político Pedagógico da escola.

2ª Fase - Que identidade a escola possui?

Partindo dessa pergunta, os participantes iniciaram uma mobilização no sentido de definir essa identidade. O que foi feito através da ação conjunta dos seus segmentos.

3ª Fase - Como executar as ações definidas pelo coletivo?

Nesta fase foi discutido as formas encontradas pela escola para superar os desafios do seu cotidiano. Foram muitas as discussões e propostas apresentadas pelos participantes focando-se naquelas ideias cujos anseios representavam o coletivo.

Diante de todas essas ações, foram desenvolvidas atividades visando incrementar a participação conjunta de toda a comunidade escolar, no processo de reelaboração Projeto Político Pedagógico, dentro de uma realidade mais próxima de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordou-se o assunto, “a reelaboração do Projeto Político Pedagógico” da escola, documento que se faz necessário por exercer extrema importância dentro do ambiente escolar.

Não restam dúvidas de que articular, elaborar e construir um Projeto Pedagógico próprio, implementando e aperfeiçoando-o constantemente ao envolver, de forma criativa e prazerosa, os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo, é um grande desafio. Principalmente, tendo em vista a reflexão sobre a participação de todos os seguimentos na sua reelaboração.

Após todo esse processo de reflexão e estudo sobre a construção/reelaboração do Projeto Político Pedagógico, como resultado obtido, pode-se afirmar que superou as expectativas iniciais.

As diferentes fases de implantação da Proposta de Intervenção fizeram com que os

membros da escola (funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) tivessem uma visão mais clara e precisa da dinâmica que deve ocorrer dentro do ambiente escolar para que se tenha uma organização escolar voltada para a participação coletiva, dentro de uma gestão democrática, visando a melhoria da aprendizagem dos alunos, a qual deverá acontecer do interior para o exterior e não de outra forma. De modo geral, essa Proposta de Intervenção mostrou que o empenho e a participação ativa e constante de todos os envolvidos no processo educacional em prol de um bem comum, auxiliou na busca de uma identidade própria para a Escola Estadual Maria Rosa Nunes. O que fez com que alcançássemos a efetividade no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 4ed - São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: Bastos, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.